

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

*Pedro Burger, Vitória
Kavanami, Thaiany Medeiros
Cury, Nina Bouqvar e João
Miguel Estephano*

**Ausência de consenso e urgência por segurança alimentar marcam a reunião de
finanças do G20**

O clima fora da pauta e a crise de credibilidade do G7

**Sustentabilidade, fragilidades internacionais e doenças não transmissíveis se
destacam no relatório quinzenal da OCDE**

*Lack of consensus and the urgent need for food security dominate the G20 finance
meeting*

Climate removed from the agenda and the G7 credibility crisis

*Sustainability, global vulnerabilities, and noncommunicable diseases take center
stage in the OECD's biweekly report*

*La falta de consenso y la urgencia por la seguridad alimentaria marcan la reunión del
G20 sobre finanzas*

El clima fuera de la agenda y la crisis de credibilidad del G7

*La sostenibilidad, las vulnerabilidades internacionales y las enfermedades no
transmisibles ocupan un lugar destacado en el informe quincenal de la OCDE*

Resumo

G20 - O informe analisa os desdobramentos da reunião de finanças do G20, marcada pela ausência de consenso político e pelo foco técnico em segurança alimentar. Destaca a articulação do presidente Lula pela inclusão da África do Sul no fórum e a resistência chinesa à agenda dos Estados Unidos, reafirmando o compromisso com o multilateralismo e uma governança global democrática e plural.

G7 - O informe aborda contradição da presidência francesa do G7 ao deliberadamente suprimir o tema das mudanças climáticas da agenda do encontro de ministros do meio ambiente para

evitar ruídos com os Estados Unidos. A decisão é criticada por evidenciar a fragilidade do multilateralismo que a presidência tenta recuperar no discurso e a subordinação do debate climático a interesses políticos.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um estudo sobre a bioeconomia amazônica, a quinta edição do relatório bienal sobre cooperação multilateral e cinco documentos abordando temáticas mais explicitamente relacionadas à Saúde, especialmente doenças não transmissíveis.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Mudança Climática; Cooperação Internacional.

Abstract:

G20 - *The report analyzes the outcomes of the G20 Finance Ministers and Central Banking Governors' Meeting, which was marked by a lack of political consensus and a technical focus on food security. It highlights President Lula's efforts to include South Africa in the forum and China's resistance to the U.S. agenda, reaffirming a commitment to multilateralism and democratic, pluralistic global governance.*

G7 - *This report examines the contradiction within the French presidency of the G7, which deliberately excluded climate change from the agenda of the environment ministers' meeting in an effort to avoid tensions with the United States. The decision has been criticized for exposing the fragility of the multilateralism the presidency seeks to highlight in its discourse, as well as the subordination of climate discussions to political interests.*

OCDE - *The OECD's highlights include the publication of a study on the Amazonian bioeconomy, the fifth edition of the biennial report on multilateral cooperation, and five documents addressing topics more explicitly related to Health, particularly noncommunicable diseases.*

Keywords: G20; G7; OECD; USA; Climate Change; International Cooperation.

Resumen:

G20 - *El informe analiza los resultados de la reunión de ministros de Finanzas y gobernadores de bancos centrales del G-20, que se caracterizó por la falta de consenso político y por un enfoque técnico centrado en la seguridad alimentaria. Destaca los esfuerzos del presidente Lula por incluir a Sudáfrica en el foro y la resistencia de China a la agenda de Estados Unidos, reafirmando el compromiso con el multilateralismo y una gobernanza global democrática y pluralista.*

G7 - *Este informe analiza la contradicción de la presidencia francesa del G7, que decidió excluir deliberadamente el cambio climático de la agenda de la reunión de ministros de medio ambiente para evitar tensiones con Estados Unidos. La decisión ha sido criticada por evidenciar la fragilidad del multilateralismo que la presidencia busca proyectar en su discurso, así como la subordinación del debate climático a intereses políticos.*

OCDE - *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la publicación de un estudio sobre la bioeconomía amazónica, la quinta edición del informe bienal sobre cooperación multilateral y cinco documentos que abordan temas más directamente relacionados con la Salud, especialmente las enfermedades no transmisibles.*

Palabras clave: G20; G7; OCDE; EUA; Cambio Climático; Cooperación Internacional.

G20 –

O encerramento da reunião de ministros de finanças e governadores de bancos centrais da presidência dos Estados Unidos, realizada em Washington no dia 16 de abril, confirmou o cenário de paralisia que havíamos antecipado no último informe. Diante de um contexto cada vez mais complexo, permeado por conflitos e tensões políticas crescentes, os membros não chegaram a um entendimento comum quanto à publicação de um comunicado oficial conjunto, resultando na emissão de um breve “*Chair’s Statement*” pelo país anfitrião. Este documento, embora tenha tentado projetar uma imagem de coordenação técnica, não conseguiu ocultar as divisões profundas que impedem o G20 de atuar como um fórum de decisão política unificada, limitando-se a listar áreas de interesse comum sem o peso de um compromisso multilateral pleno.

No texto divulgado pela presidência, os Estados Unidos destacaram alguns dos pontos discutidos durante o encontro, principalmente os relacionados aos impactos econômicos do conflito no Oriente Médio. Nesse sentido, foram travados diálogos específicos sobre a volatilidade dos preços de alimentos e fertilizantes, bem como sobre a necessidade de diversificar as cadeias de suprimento de modo a garantir o pleno funcionamento delas, especialmente para países de baixa renda. Essa abordagem buscou tratar questões de segurança alimentar por meio de um viés mais técnico, visando isolar as cadeias de suprimento das disputas geopolíticas que atualmente travam as grandes decisões do bloco. Ainda segundo a nota, os membros acolheram os esforços do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) para coordenar suas ações a fim de maximizar as respostas de suas instituições aos impactos econômicos. Muitos membros também se comprometeram a manter agilidade e flexibilidade em suas respostas de política macroeconômica e discutiram o potencial de ação coordenada para promover a segurança alimentar e apoiar a estabilidade do mercado. Por sua vez, a presidência dos Estados Unidos no G20 comprometeu-se a organizar novas discussões sobre alimentos e fertilizantes nas próximas semanas.

Nesse contexto, o secretário do Tesouro estadunidense, Scott Bessent, instou as nações que compõem o grupo a adotarem medidas coordenadas junto às instituições financeiras globais para viabilizar o acesso urgente a produtos agrícolas e insumos. Essa mobilização responde diretamente aos alertas de entidades como o FMI, que indicam que as interrupções nas cadeias de abastecimento, motivadas pelo conflito, poderiam submeter até 45 milhões de pessoas à insegurança alimentar. Esse cenário agrava a vulnerabilidade de diversos países na África Subsaariana que já buscam assistência financeira e novas linhas de crédito como resultado direto da guerra, que também provocou um aumento acentuado nos custos de combustível e energia, de modo geral.

Para Washington, o fornecimento de fertilizantes é tratado como um pilar essencial da segurança alimentar e apresentado como uma frente de ação que os membros do G20 podem adotar de forma imediata. Embora os detalhes específicos do plano ainda não tenham sido integralmente divulgados ou acordados, a gestão norte-americana defende uma abordagem baseada na agilidade e na flexibilidade, atuando em paralelo às iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) que buscam estabelecer corredores humanitários para o trânsito desses bens por rotas estratégicas no Estreito de Ormuz. O objetivo declarado pelo Tesouro é converter o G20 em um fórum mais voltado para resultados tangíveis e, ainda que a maioria dos membros tenha demonstrado apoio inicial à proposta liderada pelos Estados Unidos, a confirmação de medidas práticas permanece em negociação entre as equipes técnicas que buscam um consenso viável. Para a *Reuters*, um porta-voz do Tesouro afirmou que Bessent estava determinado a

transformar o G20 em “um grupo mais ágil e voltado para a ação” e que Washington aguardava ansiosamente a oportunidade de agir em conjunto com seus parceiros do G20.

Somada às discussões sobre cadeias de suprimento, a estabilidade financeira global também foi objeto de uma análise técnica rigorosa, contida na carta enviada pelo presidente do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês), Andrew Bailey, aos ministros e governadores, antes do início oficial dos trabalhos. No documento, Bailey ressaltou que o conflito no Oriente Médio provocou um choque substancial na economia global, com reflexos imediatos e significativos nos preços dos combustíveis e nos rendimentos dos títulos governamentais. Embora o sistema financeiro tenha absorvido o impacto inicial graças à resiliência construída por meio de reformas ao longo dos últimos anos, o FSB alertou para o perigo da interação entre a atual volatilidade e vulnerabilidades estruturais pré-existentes, como o elevado endividamento no setor financeiro não bancário e a opacidade nos mercados de crédito privado.

Segundo o conselho, a resolução mais eficaz para mitigar esse cenário reside no tratamento da origem do choque, especificamente na reabertura das rotas de suprimento de petróleo, ainda que os danos físicos às infraestruturas continuem a pesar sobre a oferta por algum tempo. O alerta final da carta reforçou que, caso a escala desse impacto econômico continue a crescer, aumenta a probabilidade de que múltiplas vulnerabilidades se cristalizem simultaneamente, amplificando a ameaça à estabilidade financeira e à prestação de serviços críticos. Diante desse quadro de riscos elevados, o FSB enfatizou que a cooperação internacional para a estabilidade financeira se torna ainda mais imprescindível para navegar em um ambiente global cada vez mais imprevisível e evitar uma perda generalizada de confiança no sistema.

Ainda sobre o encontro, é válido pontuar que, para além da ausência de um comunicado conjunto, a habitual coletiva de imprensa realizada após o encerramento da reunião também não se realizou, o que acentua ainda mais as tensões presentes no grupo e a adoção de uma estratégia de pouca transparência por essa gestão. Em âmbito global, essa retração institucional se refletiu em uma cobertura midiática extremamente limitada, sugerindo uma relutância dos países-membros em contrariar a posição norte-americana. Como efeito, poucos países emitiram declarações oficiais, sendo a China uma das exceções.

O Ministério das Finanças da China, por meio de uma nota sobre a participação do ministro Lan Fo’an e do vice-ministro Liao Min, apresentou um contraponto enfático à condução do encontro. No documento, Pequim destacou que a economia global enfrenta um cenário de incertezas e rupturas causadas por tensões geopolíticas e pelo avanço do protecionismo. Em oposição ao “unilateralismo”, a representação chinesa reafirmou seu compromisso com o livre comércio e defendeu que o G20 deveria restituir o desenvolvimento ao centro da agenda global, priorizando a coordenação de políticas macroeconômicas. A manifestação chinesa também abordou a complexa questão dos desequilíbrios globais, solicitando que o bloco adote uma perspectiva mais objetiva e equilibrada sobre o tema, considerando o contexto de superprodução do país. Essa insistência no fortalecimento da ordem multilateral reflete a resistência de Pequim diante das pressões sobre sua capacidade industrial e contrapõe-se frontalmente à nova diretriz de Washington, divulgada na 14ª Conferência de Ministros da Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem sinalizado preferência por acordos bilaterais e plurilaterais em detrimento do sistema multilateral tradicional.

Por fim, na esteira desses acontecimentos, o ambiente geopolítico fragmentado e o realinhamento de alianças tornaram-se ainda mais evidentes durante a 4ª Reunião de Alto Nível

do Fórum de Defesa da Democracia, realizada em Barcelona no dia 18 de abril. O evento, lançado originalmente por Brasil e Espanha em 2024 para combater o extremismo e a desinformação, reuniu lideranças como os presidentes da África do Sul, México e Colômbia. Em seu pronunciamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o compromisso do Brasil em lutar pela participação sul-africana no G20, criticando abertamente a postura de Washington. Lula enfatizou que nenhum líder nacional possui o direito de excluir membros de um fórum internacional que não tem um "dono" exclusivo, incentivando o presidente Cyril Ramaphosa a manter sua posição de pleitear o acesso aos encontros nos Estados Unidos. Essa ofensiva diplomática brasileira não apenas contesta o isolamento imposto pela atual presidência, como também reforça a necessidade de preservar o G20 como um espaço democrático e representativo. “E vamos brigar, Ramaphosa, para você ir para o G20 nos Estados Unidos, porque o presidente americano não tem o direito de tirar você do G20, porque ele não é dono do G20”, disse Lula.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Pronunciamento do presidente Lula na 4ª reunião de Alto Nível do Fórum de Defesa da Democracia na Espanha. Barcelona, 18 abr. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/04/pronunciamento-do-presidente-lula-na-4a-reuniao-de-alto-nivel-do-forum-de-defesa-da-democracia-na-espanha>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRETTON WOODS PROJECT. G20 communiqué analysis: Spring Meetings 2026. Londres, 20 abr. 2026. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2026/04/g20-communiqué-analysis-spring-meetings-2026/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CHINA. Ministry of Finance. G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting Held in Washington D.C. Pequim, 17 abr. 2026. Disponível em: https://www.mof.gov.cn/en/news/mn/202604/t20260417_3987759.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

FSB. Letter from the FSB Chair to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors. Basileia: Financial Stability Board, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://www.fsb.org/uploads/P130426.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

REUTERS. U.S. is leading G20 initiative to ensure fertilizer access, sources say. [S. I.], 17 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/us-is-leading-g20-initiative-ensure-fertilizer-access-sources-say-2026-04-17/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

REUTERS. U.S. to host further G20 talks on war's impact on food, fertilizer. [S. I.], 20 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/us-host-further-g20-talks-wars-impact-food-fertilizer-2026-04-20/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

UNITED STATES. Department of the Treasury. Chair's Statement: G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. Washington, DC, 16 abr. 2026.. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0464>. Acesso em: 27 abr. 2026.

WTO. Statements by Members: United States. Genebra: World Trade Organization, 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc14_e/mc14_statements_e.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

G7 -

Poucas semanas após sediar a Cúpula *One Health* em Lyon, que colocou a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental no centro do debate global, a presidência francesa do G7 voltou ao noticiário por uma decisão contraditória: retirar a mudança climática da agenda ministerial de Meio Ambiente para evitar atritos com os Estados Unidos. O presidente Donald Trump, conforme já sabemos, classifica a mudança climática como uma “farsa”, apesar do amplo consenso científico sobre o tema, e retirou os Estados Unidos de diversos organismos internacionais ligados à agenda climática (THE GUARDIAN, 2025).

Antes mesmo do início da reunião, Monique Barbut, ministra do Meio Ambiente da França, antecipou à imprensa e às organizações não governamentais a posição francesa: “Vamos ser claros: não vamos falar sobre clima” (LE MONDE, 2026). O gabinete da ministra justificou que o encontro se concentraria em “questões menos controversas”, numa tentativa de preservar o diálogo com os EUA e evitar tensões dentro do bloco.

A reunião ocorreu nos dias 23 e 24 de abril, em Paris, reunindo França, Itália, Canadá, Japão, Alemanha e Reino Unido, que enviaram seus respectivos ministros do Meio Ambiente para o encontro do grupo dos sete países. Os EUA, por sua vez, optaram por não enviar uma liderança ministerial, sendo representados por Usha-Maria Turner, administradora assistente da Agência de Proteção Ambiental, o que demonstra que o esforço francês tampouco foi reconhecido.

Apesar da exclusão do tema climático, as discussões avançaram sobre biodiversidade, recursos hídricos, desertificação e proteção dos oceanos. No site oficial do G7 há a seguinte mensagem: “Em um momento em que as negociações ambientais frequentemente esbarram em divergências crescentes, a França adotou uma postura responsável: não organizar o desacordo, mas sim construir convergências produtivas, com foco firme na ação.” (FRANCE, 2026). Nesse contexto, o G7 emitiu sete declarações, sendo essas:

1. Uma declaração geral abrangendo todos esses acordos;
2. Segurança e meio ambiente: colocando as relações entre desertificação, degradação da terra, escassez de água e desestabilização das sociedades no topo da agenda internacional;
3. Biodiversidade e financiamento: lançamento da Aliança de Financiamento para Natureza e Pessoas (*Nature and People Finance Alliance*), com o objetivo de ampliar a mobilização de capital público e privado;
4. Oceanos: com duas declarações, uma contendo compromissos concretos para melhorar a gestão efetiva de áreas marinhas protegidas, e outra intensificando o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada;
5. Água e saúde ambiental: maior cooperação para enfrentar a crescente pressão sobre os recursos e novas formas de poluição, incluindo substâncias per e polifluoroalquiladas e microplásticos;
6. Adaptação e resiliência: mobilização dos Estados para fortalecer a resiliência do setor imobiliário e a proteção local contra desastres naturais.

Barbut declarou estar satisfeita com os resultados e destacou avanços na proteção da natureza e no aumento do financiamento para a biodiversidade, enfatizando a busca por “pontos de convergência” entre os membros do bloco (REUTERS, 2026). “Ninguém queria um confronto e todos estão aliviados que esta reunião do G7 aconteceu em boas condições. Todos estavam dispostos a encontrar um resultado positivo e trabalhar em questões amplamente compartilhadas.” (REUTERS, 2026). No entanto, nos cabe questionar até que ponto uma reunião ministerial pode alcançar resultados positivos apagando questões centrais no mundo atual.

“A prioridade da presidência é preservar a unidade do G7. Se começarmos a falar sobre clima, não haverá mais G7”, explicou um correspondente do Ministério do Meio Ambiente da França. A frase talvez seja a síntese mais honesta da crise contemporânea do multilateralismo liberal: preservar o fórum tornou-se mais importante do que enfrentar o problema. Segundo a fonte, a questão continua sendo uma “prioridade”, mas o G7 “não é o fórum adequado” para tratá-la (LE MONDE, 2026).

A justificativa foi duramente criticada por organizações ambientalistas. Gaia Febvre, da *Climate Action Network*, afirmou que “um G7 que se move no ritmo dos Estados Unidos não pode afirmar que responde às crises do século”. Para a ativista, ao ceder à pressão norte-americana, o grupo “enfraquece a ação coletiva e renuncia ao seu potencial papel de liderança” (FRANCE 24, 2026). Fanny Petitbon, da ONG 350.org, disse “É absurdo, mas também hipócrita”. Em novembro de 2025, a França criticou o resultado decepcionante da COP30 da ONU, que foi pouco ambiciosa e falhou em adotar um roteiro para a eliminação gradual do carvão, petróleo e gás. Com a reunião dos ministros do Meio Ambiente do G7, a França teve a oportunidade de “colocar o tema sobre a mesa, mas não está usando isso”, afirmou Petitbon, afirmando grande decepção (LE MONDE, 2026; POLITICO, 2026).

Diante disso vale a reflexão: que unidade seria essa? Se o G7 não é um fórum adequado para discutir a principal emergência vivenciada no século, a quem interessa sua continuidade? Cada vez mais, o G7 aparece menos como um espaço multilateral e mais como espaço de submissão diplomática à centralidade dos Estados Unidos. As expectativas de uma presidência diferente das gestões anteriores caíram por terra e a França parece ter priorizado o consenso político em detrimento da coerência científica que tanto defendeu no início do mês.

Notamos que a presidência francesa, que na Cúpula de One Health tratou de temas relevantes e da relação clima-saúde, revela profunda contradição ao retirar da pauta justamente um dos principais determinantes contemporâneos da saúde global. Não há como seguir com uma agenda pró-ciência interdisciplinar e multisetorial que olha para arboviroses, zoonoses, insegurança alimentar, desertificação, migração forçada, resistência antimicrobiana, colapso dos sistemas de saúde, entre outros tópicos, enquanto negligencia o clima como a espinha dorsal de uma reunião sobre Meio Ambiente.

Ainda, vale refletirmos sobre o apagamento do Sul Global. A contradição se mostra mais evidente quando se observa que os países mais afetados pela crise climática foram justamente aqueles que, durante a Cúpula *One Health*, enfatizaram a centralidade do tema sem medo de não alcançar consensos. Enquanto lideranças de Gana (que co-presidiu a Cúpula *One Health* ao lado da França) e Botsuana alertavam para desertificação, insegurança alimentar, colapso hídrico e novas dinâmicas de doenças impulsionadas pelas mudanças climáticas, o G7 opta por retirar o assunto da agenda para evitar desconfortos diplomáticos com Washington. Ou seja, quem sofre mais com a crise climática continua tendo menos poder para definir prioridades políticas.

A credibilidade do G7 vem sendo questionada há alguns anos. Se a mudança climática pode ser retirada da agenda para preservar consensos políticos, então o problema não está apenas na presidência francesa, mas na própria incapacidade do G7 de tratar a crise climática como prioridade. Em 2022, a presidência alemã do G7 foi marcada pela ação climática, com avanços ambiciosos no que tange à descarbonização do setor elétrico até 2035, por exemplo. A única saída do grupo para resgatar alguma credibilidade seria retomando temas prioritários e traçando metas concretas e ambiciosas novamente. Os responsáveis, em grande medida, pelas emissões globais de gases de efeito estufa conduzem o apagamento da questão enquanto deveriam olhar para os próprios deveres de compensação dos danos.

Sem enfrentar essa contradição, a narrativa “*One Health*” corre o risco de se tornar mais uma retórica elegante de países ricos exportada para um sistema internacional incapaz de reformar suas próprias estruturas de poder. A abordagem já vem sendo questionada por autores na dificuldade de alcançar o impacto transformador que promete, tendo um maior apelo conceitual, de molde de narrativas, do que propriamente concreto de reconfiguração da governança em saúde (FERNANDES, J. B, 2026; CORRÊA F. H, 2026). Não há saúde única possível em um sistema internacional que trata a crise climática como tema negociável.

Referências

CORRÊA F. H. “One Health”: quem opera contra a Saúde Coletiva. Outras Palavras, 10 abr. 2026. Disponível em: < https://outraspalavras.net/outrasaude/one-health-quem-opera-contra-a-saude-coletiva/?utm_source=boletim&utm_medium=email&utm_campaign=outra-saude>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FERNANDES, J. B. Why One Health struggles: a critical analysis. *One Health*, v. 22, p. 101379, 3 mar. 2026. DOI: 10.1016/j.onehlt.2026.101379. PMID: 41815521. PMCID: PMC12972729.

FRANCE 24. France takes climate off the agenda at G7 environment talks to avoid US clash. France 24, Paris, 23 abr. 2026. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20260423-g7-climate-change-omits-paris-meeting-us-france>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FRANCE. Présidence de la République. The G7 Environment Ministers’ Meeting: progress in 6 areas boosting collective action. Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/04/24/the-g7-environment-ministers-meeting-progress-in-6-areas-boosting-collective-action>. Acesso em: 26 abr. 2026.

LE MONDE. G7 environment ministers omit climate from talks in Paris: “If we start talking about it, there is no more G7”. Le Monde, Paris, 23 abr. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2026/04/23/g7-environment-ministers-omit-climate-from-talks-in-paris-if-we-start-talking-about-it-there-is-no-more-g7_6752743_114.html. Acesso em: 26 abr. 2026.

POLITICO. France drops climate from G7 environment talks to appease Trump administration. Politico Europe, Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/france-drops-climate-from-g7-environment-talks-appease-trump-administration-us/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

REUTERS. France kept climate change off G7 agenda to avoid clash with US. Reuters, Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/litigation/france-kept-climate-change-off-g7-agenda-avoid-clash-with-us-2026-04-24/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

THE GUARDIAN. Scientists slam Trump administration climate report as a ‘farce’ full of misinformation. Londres, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/aug/01/trump-epa-climate-change-report>. Acesso em: 26 abr. 2026.

OCDE -

Ao longo do quarto mês de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prosseguiu a continuamente incrementar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo, dentre tal fluxo de recentes adições, duas pesquisas com assuntos ligados às economias com fortes impactos comunitários na sociedade aqui destacadas.

Publicado somente no idioma inglês, o relatório *“Production Transformation Policy Review: Spotlight on Bioeconomy for Sustainable Development in the Amazon Region (Brazil)”* explora como a bioeconomia pode impulsionar o desenvolvimento sustentável na Amazônia, equilibrando o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a inclusão das comunidades locais, emergindo assim como um novo paradigma de desenvolvimento e possuidor de um potencial transformador para a região amazônica brasileira. Desse modo, a organização se interessa a analisar a bioeconomia como uma solução inovadora e sustentável frente às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade e que mantém um caminho possível para a prosperidade. Para aproveitar ao máximo a bioeconomia na Amazônia, a OCDE recomenda três prioridades-chaves aos formuladores de políticas brasileiros: (i) reduzir as lacunas de infraestrutura de transporte e energia, inclusive melhorando a conectividade com outros países amazônicos; (ii) garantir financiamento direcionado para pequenos agricultores, bem como financiamento de longo prazo para projetos de restauração florestal; e (iii) aprimorar mecanismos para a repartição equitativa de benefícios, combinando ciência e conhecimento tradicional para a inovação na Amazônia.

Em paralelo, a organização divulgou o documento intitulado *“Multilateral Development Finance 2026”*, publicação que busca compreender a dinâmica em evolução da cooperação multilateral para o desenvolvimento e apresenta as tendências recentes, as oportunidades e os riscos encontrados no tema de financiamento multilateral para o desenvolvimento. Dessa forma, a quinta edição do relatório bienal lança luz sobre oportunidades concretas para reforma e para um engajamento mais estratégico com o sistema multilateral no contexto de drástica desaceleração e crescente de desafios no mesmo, enfatizando ainda a importância da preservação de características que tornam o sistema maior que a soma de suas partes, incluindo sua influência, alcance global e capacidade de apoiar os países mais pobres e vulneráveis.

Por fim, a OCDE também apresentou durante o período da quinzena a publicação de cinco documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado *“Driving down the colorectal cancer burden: Detect, diagnose, deliver”*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado apresenta uma visão geral das tendências recentes na incidência de câncer colorretal, uma das principais causas de câncer nos países participantes da OCDE e que tem afetado cada vez mais pessoas jovens – embora continue sendo altamente evitável. Ademais, o quadro atual apresentado revela grandes disparidades na participação em programas de rastreamento entre países e grupos populacionais que resultam em diagnósticos tardios, atendimentos de emergência e piores desfechos, contribuindo para mortes evitáveis e custos desnecessários com saúde.

Assim, o documento resume novas descobertas da organização sobre detecção precoce, atendimento oportuno e qualidade do tratamento e destaca cinco diretrizes políticas relevantes para o fortalecimento da detecção e de diagnóstico precoces e a otimização da organização e

prestação de serviços de câncer colorretal. Ao apontar onde houve progresso e onde os desafios persistem, o relatório apoia formuladores de políticas, líderes em cuidados oncológicos e profissionais clínicos na redução do impacto do câncer colorretal sobre os indivíduos e os sistemas de saúde.

Outro interessante destaque da quinzena é o relatório *“The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases”*, que aborda o tema de doenças não transmissíveis (DNTs) – tais como doenças cardíacas, câncer, diabetes e doenças pulmonares, por exemplo – e seu impacto na sociedade para além do setor da saúde, diante de um número crescente de casos ao longo do tempo e de projeções futuras de maiores pressões relacionadas, principalmente se ações e políticas não tratarem da temática e seus desafios afetando negativamente questões como a economia, produtividade e qualidade de vida.

Após analisar 51 países, o estudo sugere então que a prevenção de doenças e a mitigação de riscos trazem benefícios sociais e econômicos muito maiores do que o tratamento tardio. Além disso, países que conseguem reduzir os principais riscos à saúde, como obesidade e tabagismo, podem salvar vidas, aliviar a pressão sobre os orçamentos da saúde e obter ganhos econômicos substanciais. Embora o conjunto de políticas varie entre os países, dependendo de seus perfis específicos de fatores de risco e prioridades de saúde, a organização delinea três pilares interligados que sustentam todas as estratégias bem-sucedidas de combate às DNTs, sendo elas:

1. Empoderar os indivíduos por meio da informação e da educação, impulsionando os mesmos para possuírem o conhecimento, a motivação e as habilidades necessárias para fazer escolhas mais saudáveis. Isso deve ser reforçado em todas as camadas da sociedade, desde os relacionamentos interpessoais até as políticas públicas;
2. Criar ambientes que apoiem escolhas mais saudáveis, visto que os ambientes onde as pessoas vivem, trabalham e aprendem influenciam fortemente o seu risco de desenvolver DNTs e, portanto, políticas que produzam ambientes promotores de saúde, reduzindo barreiras, abordando o impacto de fatores sociais, ambientais, econômicos, comerciais e de mercado, e tornando as opções mais saudáveis mais acessíveis são essenciais para apoiar a mudança de comportamento e transformar as normas sociais; e
3. Construir e fortalecer sistemas de saúde responsivos que ofereçam prevenção e cuidados. Os sistemas de saúde, especialmente a atenção primária, podem atuar em todo o percurso de cuidado das DNTs, não apenas na cura de episódios mais agudos. A atenção primária e seus profissionais desempenham um papel fundamental na promoção de escolhas de estilo de vida mais saudáveis e também são centrais na promoção do rastreio e da detecção precoce, bem como na gestão da doença a longo prazo centrada no paciente.

Complementando a disponibilização de dados derivados da pesquisa, a organização também publicou em seu portal adendos individuais dedicados para cada país examinado, oferecendo análises mais específicas e informações próprias e comparáveis de seus desempenhos nos indicadores analisados. Dentre eles, o Brasil foi um dos países estudados, sendo possível encontrar seu respectivo perfil no documento *“The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases: Brazil”*.

A exemplo, mesmo que a prevalência de fatores de risco, as taxas de sobrevivência e o tamanho da população permaneçam constantes nos níveis atuais brasileiros, as análises da

OCDE indicam que, até 2050, haverá aumento de 65% no número de casos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), aumento de 114% no número de pessoas vivendo com pelo menos duas DCNTs concomitantes e aumento de 90% nos gastos per capita com saúde relacionados a DCNTs. Se o Brasil atingisse a prevalência atual do quartil superior em todos os seis fatores de risco (poluição do ar, consumo nocivo de álcool, obesidade, atividade física, tabagismo e alimentação inadequada) a partir de 2026, em média, entre 2026 e 2050, em comparação com as projeções atuais haveriam 523.341 novos casos de DCNT a menos por ano, a mortalidade prematura anual (mortes antes dos 75 anos) seria 7,8% menor, o gasto total anual com saúde seria 3,8% menor, a força de trabalho ganharia 804.992 equivalentes em tempo integral e o PIB anual seria 1,2% maior.

Ainda oriundo da pesquisa sobre as doenças não transmissíveis, a organização publicou os relatórios *“The benefits of addressing non-communicable diseases in the EU: Healthier lives, stronger societies”*, que possui o recorte de análise para a região da União Europeia, e *“The benefits of addressing non-communicable diseases in OECD countries: Healthier lives, stronger societies”*, que fornece dados dos países membros da organização intergovernamental.

Referências

OECD. Production Transformation Policy Review: Spotlight on Bioeconomy for Sustainable Development in the Amazon Region (Brazil). Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/5965206f-en>.

OECD. Multilateral Development Finance 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/0720370a-en>.

OECD. Driving down the colorectal cancer burden: Detect, diagnose, deliver. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/354ea8d9-en>.

OECD. The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/e20cbbc3-en>.

OECD. The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases: Brazil. OECD [Internet]. 2026 Apr 15 [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.oecd.org/en/publications/the-health-and-economic-benefits-of-tackling-non-communicable-diseases_cf2ee573-en/brazil_c7bc9612-en.html.

OECD. The benefits of addressing non-communicable diseases in the EU: Healthier lives, stronger societies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7e126b8f-en>.

OECD. The benefits of addressing non-communicable diseases in OECD countries: Healthier lives, stronger societies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7e651851-en>.